



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
THIAGO DE FIGUEIREDO BOTELHO**

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS:

Um diálogo sobre a questão de gênero e suas diferenciações

**BELÉM – PARÁ
JUL/2019**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
THIAGO DE FIGUEIREDO BOTELHO**

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS:

Um diálogo sobre a questão de gênero e suas diferenciações

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Faculdade de Educação – FAED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Pedagogo Licenciado.

Orientadora: Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos.

BELÉM – PARÁ
JUL/2019

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS:

Um diálogo sobre a questão de gênero e suas diferenciações

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Faculdade de Educação – FAED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Pedagogo Licenciado.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos - UFPA
(Professora Orientadora)

Profa. Jamille Gabriela Cunha da Silva - UFPA
(Professora Avaliadora)

Profa. Esp. Érika Cristina de Carvalho Silva Pereira - UFPA
(Professora Avaliadora)

Profa. Msc. Enizete Ferreira - UFPA
(Professora Avaliadora)

Apresentado em: ____/____/____.

Aprovado/Conceito: _____.

Dedico este Trabalho de Conclusão do Curso aos grandes mestres que fazem parte do Corpo Docente da Faculdade de Educação – FAED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, que muito contribuíram para esta formação acadêmica durante o meu percurso nestes 04 (quatro) anos de Pedagogia e em especial a minha família, que esteve sempre presente nos meus momentos de dificuldades, me apoiando e incentivando, que me encorajaram para eu não desistir e me fizeram acreditar e perceber que tenho grande potencial e capacidade dentro do campo da Educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus e Nossa Senhora de Nazaré, que nunca me abandonaram e sempre me mostraram o caminho a seguir, mesmo nos meus momentos de desistir deste curso, sempre busquei forças para prosseguir, dando-me paciência para entender e aceitar que nem sempre as coisas são como nós queremos. Tudo acontece a Seu tempo e não no nosso.

À toda minha família - a base da minha vida, pois é na minha família que tenho a certeza do companheirismo, da confiança, do apoio, do estímulo, da união e do principal e verdadeiro sentimento: o amor. Sentimentos e valores profícuos que ela me oferece. Minha família é incontestavelmente o melhor presente que Deus me deu. Sou muito feliz e grato por tê-la. Em especial, um muito obrigado à minha querida e amada mãe Edna e ao meu pai Antônio, que sempre me mostraram o caminho certo, com uma educação primordial e os princípios que me ensinaram ao longo desta minha trajetória. Família, vocês são meu orgulho, minha inspiração, minha força, pois quando penso e reflito em tudo que fizeram e fazem por mim, eu jamais pensarei em desistir.

Agradeço a minha irmã Valéria, meu irmão Antônio, minhas tias e tios, sobrinhos e família em geral que sempre me apoiaram em todas as decisões da minha vida e pela ajuda nessa caminhada. Minha família sempre será meu porto seguro.

Obrigado especialmente aos amigos que fiz nas turmas 111, 211 e 215 do curso de Pedagogia da UFPA, principalmente aos que me aturaram com carinho e companheirismo, ao grupo Elas & Ele, sem vocês nada seria possível. Ao querido amigo Jorge Lima pelo seu apoio que segurou minha mão e disse que eu conseguiria, muito obrigado por tudo. Ao amigo Norberson Alves, que disse que meus sonhos estavam apenas começando a serem realizados. As pontes de amizade que fiz nesta trajetória me fazem acreditar que a vida sempre será generosa quando você consegue partilhar o bem e esse bem voltará em dobro para você.

Agradeço às professoras e aos professores e técnicos/as da Faculdade de Educação - FAED, do Instituto de Ciências da Educação - ICED, desta Universidade Federal do Pará - UFPA, especialmente à minha orientadora, professora Dra. Maely Ferreira Holanda Ramos por ter me acolhido e acreditado em mim, à Professora Dra. Ana Maria Orlandina Tancredi, pois foram as suas mãos que me trouxeram de volta ao meu sonho e que disse a mim que jamais abandonaria um aluno que quer ser professor na vida. Finalizo este agradecimento afirmando que a educação é transformadora na vida dos que acham que não possuem nada. Agradeço a todos e todas pelo aprendizado que me foi compartilhado, construído, mediado e transformado ao longo desse percurso acadêmico. Muito obrigado!

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS:

Um diálogo sobre a questão de gênero e suas diferenciações¹

*Thiago De Figueiredo Botelho*²

RESUMO

Este artigo trata a temática da questão de gênero e suas diferenciações nas práticas educativas no âmbito da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e busca refletir sobre a ação pedagógica no espaço da sala de aula. Optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo, a partir da Revisão da Literatura por meio da análise de conteúdo com os critérios de categorização e frequência do corpus da pesquisa (BARDIN, 1977); foram encontrados 1.621 artigos sobre o tema nos diretórios da CAPES e SciELO, entretanto foram selecionados e analisados 13 artigos no recorte temporal de 2008 - 2018, dialogando com os autores: Bento (2008; 2011), Costa (2001), Jesus (2012), Louro (1997; 2001); Ribeiro (2012), Santos (2009), Scott (1995), dentre outros; além dos documentos de da legislação vigente sobre a temática nesta etapa do ensino. Os resultados apontam ainda que na última década, várias foram as pesquisas referentes à questão de “gênero e educação” na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Fundamental sobre o tema com o desenvolvimento infantil, como também sobre a prática escolar e suas implicações; entretanto percebe-se uma lacuna no contexto da práxis em sala de aula e de políticas públicas de valorização, formação inicial e continuada dos/as profissionais de Educação Básica nas questões de gênero e orientação sexual nesta etapa inicial do processo de ensino-aprendizagem das crianças.

Palavras chave: Gênero e Educação. Educação Infantil. Anos Iniciais do Fundamental. Resumo de Artigos. Análises.

¹ **ARTIGO:** Apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso para Faculdade de Educação – FAED, do Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará – UFPA, no ano de 2019 como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagogo Licenciado

² **AUTOR:** Formando do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – Turma 2015 – 2ª. Entrada. E-mail: <thiagodefb@gmail.com>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de artigos encontrados para a pesquisa.....	18
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização de artigos selecionados (Diretórios da CAPES e SciELO), 2019.....	20
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Descritor quanto ao tipo de pesquisa realizada (2008-2018).	21
Gráfico 2 - Gráfico 2 -Descritor local da pesquisa (2008-2018).	22
Gráfico 3 – Quantidade de Artigos Publicados sobre o Tema “GÊNERO E EDUCAÇÃO” no Período de 2008-2018 nas Bases de Dados Dos Diretórios da CAPES e SciELO.	24
Gráfico 4 - Descritores relevantes encontrados nos artigos selecionados. (2008-2018)	26

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	11
2. METODOLOGIA	15
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
3.1. RESULTADO DAS BUSCAS	18
3.2 APRESENTANDO O RESULTADO DAS BUSCAS	19
3.2. DIALOGANDO COM OS DESCRITORES LOCALIZADOS NOS ESTUDOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

APRESENTAÇÃO

O propósito de realizar essa pesquisa surgiu a partir das minhas experiências educacionais tanto como aluno do ensino fundamental, quanto como estagiário do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, e com essas vivências pude perceber o quanto ainda as práticas de ensino tradicionais ainda interferem através dos gêneros em suas práticas de ensino-aprendizagem. Esta falta de formação continuada dos profissionais da educação, faz com que possamos refletir e trazer à discussão possibilidades de práticas mais exitosas no espaço da sala de aula nos dias atuais. O debate sobre as questões de gênero e suas ambiguidades é importante, tendo em vista que podem interferir nas escolas, contribuindo principalmente, para a avaliação de metodologias educacionais, visando construir práticas mais diversas, e que as desigualdades possam ser esvaídas na formação desses sujeitos nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Pesquisar sobre este assunto tão pertinente, faz com que este levantamento contribua de forma significativa para a Faculdade de Educação (FAED), conseqüentemente para o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, e para que os alunos da área da educação de uma maneira geral, também possam refletir e disseminar novos olhares para as questões sobre gênero em sala de aula, visto que professores em formação, estarão entrando no mercado de trabalho público ou privado. Espera-se que estes profissionais ao estarem na prática em sala de aula do anos iniciais possam não somente se adequar as “padrões” já estabelecidos pela sociedade ou pelo sistema de ensino vigente no espaço escolar, mas que possam abordar esta temática de forma científica, e teórica mais adequada na construção do conhecimento de forma igualitária e humana.

O referencial teórico foi organizado para melhor entendimento do leitor e como forma de organização central de ideias, onde apresentamos a pesquisa, introduzimos a temática, a problematização, a justificativa, os objetivos, a metodologia e o panorama geral do artigo.

Sobre a questão de gênero e suas diferenciações na escola atual, discorreremos sobre a *Prática Pedagógica e a Questão de Gênero na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*, analisando os dados coletados em fontes bibliográficas, publicados na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, no recorte temporal de 2008-2018, relatando o que dizem as pesquisas da área da educação sobre práticas educacionais e as questões de gênero na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A educação para todos e todas tem sido considerada um direito humano fundamental há tempo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que todo ser humano tem direito à instrução e em seu Art. XXVI diz: “[...] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (ONU, 1948, p. 14). Da mesma forma, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos também têm sido postas como preceitos pétreos, e esta mesma Declaração ratifica em seu Art. 1º que: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos [...] sem distinção de qualquer espécie” (ONU, 1948, p. 4).

Desde então foram construídos democraticamente e reafirmados pelo Brasil diversos documentos e tratados internacionais que versam tanto sobre educação quanto sobre igualdade de direitos, conforme retratado neste estudo, pois o conhecimento é importante para o desenvolvimento da formação humana reflexiva e crítica dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a educação atual deve propor-se a construir conceitos, ideias e experiências vividas por alunos e professores em sala de aula para este equidade, pois o processo de ensino-aprendizagem deve ser um momento de questionar e ressignificar, para se problematizar e recriar a maneira de se formar cidadão para o mundo, a partir do que é observado nas práticas durante o ensino e a aprendizagem destes sujeitos nas etapas de escolarização.

O Ensino Fundamental, em sua primeira etapa denominada de Anos Iniciais, que vai do 1º ao 5º ano, se consolida como um direito de todos e dever do Estado, onde família e o Estado devem articular para que esse direito seja consolidado, assegurado aos sujeitos o acesso pleno ao conhecimento e aos vários elementos culturais que os ajudarão na convivência em sociedade, independentemente da grande especificidade da população escolar, principalmente no que diz respeito aos primeiros anos do Ensino Fundamental, onde é um período de extrema importância para a alfabetização e letramento das crianças. (SOARES, 2010).

O termo “gênero” refere-se à relação social e de organização a qual o sexo feminino e masculino está entreposto na sociedade. E, segundo Alves e Pitanguy (1985), este termo atribui ao homem e à mulher papéis diferentes dentro da sociedade e dependem dos costumes de cada lugar, da experiência cotidiana, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo, de casa sociedade. Sendo este um objeto de conhecimento da cultura e

da construção social, com os quais homens e mulheres se relacionam, sobre as diferenças que ambos os sexos trazem no decorrer da história (SCOTT, 1995).

Dentro da sociedade, existem diferenciações comportamentais entre meninos e meninas, envolvendo estes, gestos, atitudes e até brincadeiras denominadas para tal gênero, as meninas costumam ser intituladas por generosas, meigas, sensíveis enquanto os rapazes denominam-se por bravos e até mesmo inteligentes (LOURO, 2001).

Assim, como nas brincadeiras em que muitos pais/mães e professores/as ainda afirmam que “menino brinca de bola” e “menina brinca de boneca”, ou como a própria ministra Damares Alves (2019), em sua posse no novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, no início do novo mandato, afirmou: “*menino veste azul e menina veste rosa*”. Entretanto, é desde a etapa de escolarização inicial que estes conceitos devem ser trabalhados para o diálogo das diferenciações e não de imposições e discriminações na escola.

A abordagem de sexualidade, gênero e diversidade sexual na escola precisa contribuir para esse processo de humanização, sendo fundamental “romper ideias cristalizadas e construídas na sociedade, formando um ser humano consciente das relações sociais a que está submetido, principalmente considerando esse ser humano no período da adolescência” (MAIA et al., 2012, p. 152).

A defesa não é pela abordagem da sexualidade unicamente pelos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas pelo reconhecimento de que as práticas educativas devem permear todo o processo de escolarização por esta área na abordagem dessa temática, e deve se tornar espaço de problematização de significados e sentidos heteronormativos e preconceituosos. Coloca-se, assim, uma questão premente ao ensino e à pesquisa em educação por parte do próprio professor e do corpo técnico e docente da instituição escolar.

O que corrobora com a assertiva de Louro (2010), ao afirmar que poucos são os estudos que tentam dar conta da construção de identidade de gênero e identidade sexual na infância que dialogam com as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas neste espaço escolar. Ainda sob essa ótica, a autora aponta que:

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras na maioria dos casos continuam ensinando, mesmo que discretamente, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas (LOURO, 2010, p. 39).

Em toda a História da humanidade, a relação da sexualidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve ainda) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época. Heiborn, Araújo e Andreia (2010) ressaltam que foi na passagem do século XVIII para o século XIX que

o “problema” da sexualidade foi transferido do pecado carnal para a doença desviante da heteronormatividade³, a “medicina do sexo” e o Estado passou a controlar o sexo e a natalidade com o intuito de proteção social, programando uma ampliação para fixar seus âmbitos de controle da sociedade, estando o corpo como a principal ferramenta de produção e de consumo da mesma.

Por conseguinte, Foucault (1988) vem afirmar que até então, a relação entre sexualidade e gênero não existia; o que existia eram práticas sexuais que dispensavam qualquer tentativa de construção de uma verdade médico-biológica-científica em torno do sexo.

Se escrevêssemos a história da sexualidade em termos de repressão e referíssemos essa repressão à utilização da força de trabalho, seria necessário supor que os controles sexuais tivessem sido tanto mais intensos e cuidadosos quanto mais dirigidos às classes pobres; deve-se imaginar que tivessem seguido as linhas da maior dominação e da exploração mais sistemática: o homem adulto, jovem, possuindo somente sua força para viver, teria sido o alvo primeiro de uma sujeição destinada a deslocar as energias disponíveis do prazer inútil para o trabalho obrigatório. (FOUCAULT, 1988, p.114).

Salientando que o sexo masculino desde sempre foi posto como dominante sobre o sexo feminino, no processo histórico dessa dominação, até meado do século XVII o sexo masculino era visto como algo único e superior, “a mulher era vista como um homem imperfeito, por possuir menos calor corporal” (FOUCAULT, 1988, p.30) e, por causa disso, suas genitálias eram internas, diferentemente do homem que era considerado um ser mais quente e, por isso, desenvolvia seus órgãos ‘adequadamente’. Entretanto, na passagem do século XVIII/ XIV denominaram cientificamente o conceito de mulher/ homem. (BENTO, 2008).

Justamente devido essa construção histórica de binarismo, baseada em preconceitos e discriminação de gênero, que surge no século XX, o seu conceito conciso. De acordo com Scott (1985), as primeiras definições para a categoria gênero surgiu por feministas americanas na utilização da expressão “gênero”, pois era uma forma de manter a ordem na sociedade para se referir perante os sexos, masculino e feminino. A utilização gramatical da palavra gênero, está voltado mais de modo a organizar ordens sociais, para diferenciar grupos em seu convívio para melhor distingui-los.

O gênero é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 3)

³ **HETERONORMATIVIDADE:** É o termo usado para descrever a “norma” segundo a qual os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea. Nesta perspectiva, as relações sexuais seriam somente entre pessoas dos sexos diferentes e teria certos papéis naturais na vida. [...] considerando como a única orientação sexual normal.” (HEIBORN Et al. 2010).

Neste sentido, a relação de gênero tem sua funcionalidade destacando-se acerca de um conjunto de relações sexuadas, mas nem sempre gênero determina os sexos e a sexualidade singular dos indivíduos. Com base nessa perspectiva historiadores/as feministas se apropriaram dos estudos sobre gênero, para criar teorias, uma delas parte das feministas para explicar a origem do patriarcado, que especifica a dominação do homem sobre a mulher e de como isso influencia a discussão de gênero. Em que, pelo fato de o homem ter a tarefa de reproduzir com a mulher, ele por ser aparentemente mais forte que a mulher, o mesmo tem o direito de se sobrepor e estabelecer sua dominação, assim tornando-os desiguais nessa perspectiva de gênero.

Para evitar o determinismo e reforçar o caráter histórico-social dessas relações, passou-se a utilizar a palavra “gênero”, que designa uma forma de categorizar pessoas a partir das diferenças sexuais. A ênfase é dada no processo social de percepção, caracterização e valorização das diferenças biológicas. (MARTINS, 1997/1998, p. 13)

Bento (2008) analisa que a palavra gênero não pode se fechar nos saberes da psicologia, psiquiatria, psicanálise, pois revela que depende de todo um processo histórico/cultural e, as características descritas pelo binarismo nem sempre definem sua identidade de gênero, que vem ser a forma como a pessoa se sente internamente/externamente para se expressar diante da sociedade, ou seja, é algo subjetivo, que pode corresponder às expectativas sociais, ou não, obtendo modificações externas, como: mudanças corporais, maneira de se expressar, de falar e vestir. (JESUS, 2012). Ano passado, em 2018, ocorreu no Brasil a III Conferência Nacional de Educação – CONAEN, que também trouxe à discussão sobre “Igualdade, liberdade e diversidade”:

Igualdade (indivíduo e sociedade) não é sinônimo de identidade nem de uniformidade. Igualdade como possibilidade de optar, de decidir, de desfrutar de iguais direitos e possibilidades (legais e reais). } Diversidade intrínseca à história da humanidade. Um valor positivo. As diferenças pessoais e culturais enriquecem nossa própria existência. Em um mundo progressivamente mais inter-relacionado e mutável, a diversidade será cada vez maior e mais próxima. } Liberdade é um eufemismo e uma ilusão se não está relacionada com as condições reais de existência. Sem o reconhecimento efetivo dos direitos sociais não é possível falar de liberdade. (CONAEN, BRASIL, 2018).

Assim, incluiu-se garantia de políticas de valorização, formação inicial e continuada dos/as profissionais de Educação Básica nas questões de gênero e orientação sexual nas esferas federal, estadual, distrital e municipal. Apesar, de os estudos demonstrarem que nas últimas décadas, vários foram as pesquisas referentes à questão de “gênero e educação”, entre eles com relação à Educação Infantil, que abordam os conceitos referentes ao desenvolvimento infantil, como também questões voltadas para a prática escolar e suas implicações; ainda se percebe uma lacuna no contexto da práxis em sala de aula e de políticas públicas para estas formações.

As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias do desenvolvimento humano. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos pais/mães e ou responsáveis pelas crianças e adolescentes e até pelos/as professores/as da escola. Como bem dialoga Louro e Jesus, a sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir de possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura.

As práticas educativas concebidas e permeadas na/pela escola sobre a questão de gênero e sexualidade nos Anos Iniciais se constituíram questões importantes para discorrer sobre este trabalho, problematizar gênero e sexualidade com a ação pedagógica dos/as docentes da Educação Infantil os dos Anos Iniciais, a partir da leitura do material recolhido na base de dados dos diretórios da CAPES e SciELO, dialogando com os referenciais teóricos que sustentaram o trabalho foi o norte desta pesquisa.

Percebida essa situação na sociedade, pode-se pensar em introduzir nas práticas dos/as professores/as e equipe pedagógica, a interação, discussão e a reflexão de assuntos referentes ao gênero desde os anos iniciais na escola, fazendo da sala de aula um espaço para debates com a análise de textos, músicas e práticas sociais pelos educandos; aproveitando, sempre que possível, as situações de discriminação para se discutir com as crianças àquele assunto, levando-as à reflexão do problema, Por conseguinte, este artigo tem como objetivo analisar de que forma as pesquisas atuais, do campo da educação, retratam a relação entre as práticas educacionais e as questões de gênero na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio dos artigos publicados no recorte temporal de 2008 - 2018.

2. METODOLOGIA

Para elaboração deste estudo optou-se pela Revisão da Literatura como procedimento técnico, utilizou-se a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977); a perspectiva metodológica seguirá o caminho da Pesquisa Qualitativa, pois a partir do momento em que concebe o método enquanto caminho refletido, percebido necessariamente por uma reflexão epistemológica fincada no seu uso social, isto implica em uma escolha, em uma opção sobre a pertinência deste caminho (MACEDO, 2004).

Minayo (2001) discorre que a Pesquisa Qualitativa trabalha com:

[...]. O universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

Utilizou-se a abordagem qualitativa, como coleta de fonte direta de dados, constituindo o investigador como instrumento principal, que se introduz e despende grandes quantidades de tempo em coleta de dados, a partir da leitura e estudos em livros, documentos, periódicos, e outros locais tentando elucidar questões educativas (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Por isso, este estudo utiliza a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES⁴ e do *Scientific Eletronic Library Online - SciELO*⁵.

Foram utilizados como descritores de busca nos diretórios: Gênero e Educação, e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como instrumentos para acessar os resumos dos artigos já publicados na base de dados.

Elencamos os critérios de inclusão e exclusão⁶ conforme destaca Kuhn (1985; 1996) em que o Critério de Inclusão vem definir as principais características do objeto de estudo ou a população alvo e acessível. Nesta pesquisa os critérios de inclusão adotados foram:

- (1) Artigos científicos dos últimos 10 anos;
- (2) Disponíveis na íntegra e gratuitamente;
- (3) Com os descritores no título ou focalizado nos resumos;
- (4) Artigos em português.

Portanto, a partir destes critérios, algumas decisões importantes tomadas foram:

- Puderam ser utilizadas em todos os artigos selecionados deste estudo;
- Ocorreu um diálogo sobre a temática: gênero e educação nos Anos Iniciais
- Caracterizaram-se temporalmente a busca pelos artigos publicados, envolvendo decisões sobre os objetivos práticos e científicos da pesquisa.

Ainda sobre o Critérios de Exclusão (os artigos publicados nos diretórios da CAPES e SciELO que não estavam no recorte temporal – 2008/2018, não apresentavam os descritores no

⁴ **CAPES:** É uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O portal foi criado tendo em vista o déficit de acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 20.05.2019.

⁵ **SCIELO:** Em seus Critério e Políticas destaca que seu objetivo é orientar e fortalecer o desenvolvimento da qualidade científica da Coleção SciELO no Brasil e contribuir para o aumento sustentável da sua visibilidade e impacto como um todo e, individualmente, dos periódicos que indexa e publica de acordo com os padrões internacionais de indexação. Disponível em: <<https://wp.scielo.org>>. Acesso em: 20.05.2019.

⁶ **CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO:** Kuhn T. S. (1996). IN: LUNA FILHO, Bráulio. Sequência Básica na Elaboração de Protocolos de Pesquisa. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 21.05.2019.

título ou não focalizavam nos resumos sobre: Gênero e Educação, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ou artigos publicados em língua estrangeira).

Conforme destaca Khun (1985), o Critério de Exclusão é o modo que indica o subgrupo de objeto de estudo ou de indivíduos que, embora preencha os critérios de inclusão, também apresenta características ou manifestações que podem interferir na qualidade dos dados, assim como na interpretação dos resultados.

Alguns critérios de exclusão são por considerações éticas, outros pela menor propensão ao objetivo da pesquisa, como pode se exemplificar a questão de gênero nos Anos Finais do Fundamental ou o trabalho de gênero no Ensino Médio, o que vem destoar do objetivo geral deste estudo.

O procedimento técnico realizado foi a Revisão da Literatura, pois é importante contextualizar a questão do estudo, não apenas para evitar repetição sobre temas já explorados na literatura, como também para sua adequação e valorização no cenário científico atual.

Após a seleção, refinamento e organização dos artigos procedeu-se a coleta das informações considerando as seguintes categorias de análise: a) Local e ano da pesquisa realizada; b) Tipo de pesquisa; c) Título da pesquisa; d) Objetivo de cada artigo publicado; e) Palavras-chaves.

Apesar de existir outros autores que tratam da Análise de Conteúdo, optou-se pelos trabalhos de Bardin (1977; 2006), pois é uma das autoras mais citadas no Brasil em pesquisas que adotam a Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados.

Segundo Bardin (1977), a Análise de Conteúdo consiste em:

[...]. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...]. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não). (BARDIN, 1977, p. 38).

Neste contexto, quando a análise de conteúdo é escolhida como procedimento de análise mais adequado, como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada. Optou-se pelas técnicas de categorização e de freqüenciação, para inferir sobre a pesquisa, pois “o ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.” (BARDIN, 1977, p. 39).

Assim, utilizou-se os critérios de categorização⁷ e frequênciação, ou seja, a escolha de categorias (classificação e agregação) do corpus da pesquisa (13 artigos). No processo de escolha de categorias adotam-se os critérios permite a junção de um número significativo de informações organizadas, onde isolam-se os elementos comuns e classificação onde divide-se os elementos e impõem-se organização.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. RESULTADO DAS BUSCAS

Inicialmente, buscou-se delimitar o corpus deste estudo, a partir dos critérios de inclusão e exclusão adotados e aplicados nos diretórios de busca da CAPES e SCIELO. Assim, sintetizando a busca pelo corpus da pesquisa, apresenta-se Tabela 01 sobre esse refinamento (BRASIL, 2008-2018). Tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2006), destacam-se como a própria autora discorre em sua obra, as dimensões da categorização e frequênciação, que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências.

A Tabela 1 apresenta o levantamento inicial com os descritores: Gênero e Educação foram localizados 1.581 publicações na base de dados da CAPES/Periódicos, enquanto que no da SciELO resultaram 40. Somando os objetos encontrados nos dois diretórios indica-se que no levantamento inicial foram encontrados 1.621 artigos.

Tabela 1 - Quantitativo de artigos encontrados para a pesquisa.

DIRETÓRIO	TOTAL INICIAL	TOTAL APÓS A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS (04)
CAPES	1.581	10
SCIELO	40	03
TOTAL	1.621	13

Fonte: O Autor, 2019.

Após estes procedimentos, na etapa seguinte, Bardin (2006) destaca a importância da frequênciação, que se ocupa em trabalhar com assuntos ou temas relacionados com maior frequência no corpus do estudo, para o pesquisador possa caminhar para o passo das inferências, que vem tratar dos resultados, orientados pela atenção e comunicação, posteriormente. Sendo assim, aferimos os elementos mais frequentes nos artigos selecionados neste estudo para

⁷ **CATEGORIZAÇÃO:** Categoria, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos. Na perspectiva da análise do conteúdo, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns (BARDIN, 2006).

diálogo com a legislação vigente e os autores que discorrem sobre a temática desta pesquisa para o constructo dos resultados e discussões acerca da temática sobre as práticas dos/as professores/as na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Entretanto com a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão houve um refinamento que resultou em 13 artigos, sendo 10 na CAPES/Periódicos e 03 na SciELO, conforme apresentamos nos quadros, tabelas e gráficos que seguem neste artigo como resultado da pesquisa. Onde apresentaremos no Quadro 1 os referidos artigos selecionados para a análise de conteúdo deste estudo, onde pode-se verificar os seguintes dados de cada artigo selecionado, a partir dos descritores localizados pela pesquisa: 1. ARTIGO e AUTOR (ES); 2. BASE DE DADOS; 3. TIPO DE PESQUISA; 4. LOCAL DE PUBLICAÇÃO; 5. ANO e 6. TÍTULO.

3.2 APRESENTANDO O RESULTADO DAS BUSCAS

A análise dos dados coletados foi realizada pelas técnicas de categorização e de frequenciação conforme os estudos de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

Bardin (1977) vem afirmar que a análise de conteúdo se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das publicações científicas.

Porém, como a própria autora afirma que este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica, acrescentando que a intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção deste conhecimento ou, eventualmente de recepção e inferência que ocorre ou não como indicadores quantitativos/qualitativos.

Neste estudo, identificamos que a produção acadêmica acerca da temática nos últimos dez anos vem afirmar que os profissionais que estão nesta etapa da educação alegam que não percebem existir tratamento diferenciado às individualidades, mas isto é algo que mais na frente passa a ser contraditório, pois os estudos aqui analisados expressam uma lacuna na formação desses profissionais na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Fundamental.

Apresentamos o Quadro 1 em que elencamos os dados necessários dos artigos localizados para esta análise, para que o (s)/a (s) leitor (es)/a (s) possam ter um panorama e conhecimento das publicações selecionadas para este constructo de modo geral e global do objeto de estudo neste constructo acadêmico, como segue abaixo (Quadro 1).

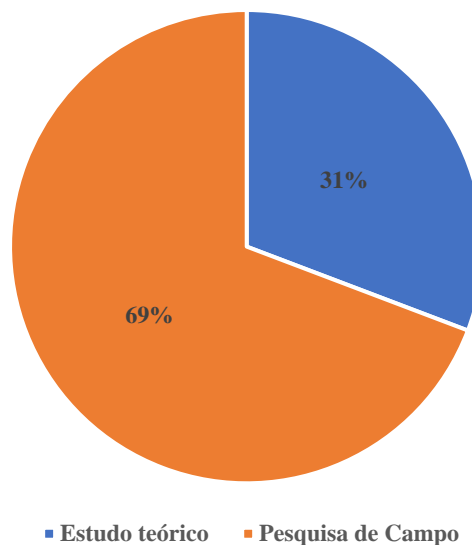
Quadro 1- Caracterização de artigos selecionados (Diretórios da CAPES e SciELO), 2019.

ARTIGO/ AUTOR (ES)	BASE DE DADOS	TIPO DE PESQUISA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ANO	TÍTULO
01. CARVALHO, Marília P. C.; TOLEDO, Cinthia T.; OLIVEIRA, Ivana G.; MODESTO, Ângela E. SILVA NETO, Cláudio.	CAPES	Pesquisa de campo.	São Paulo – SP	2018	Cuidado e Gerencialismo: para onde vai o trabalho das professoras?
02. SILVA, Márcia.	SCIELO	Estudo Teórico.	Pelotas - RS	2018	A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade.
03. SOUZA, Deise M. X. de B.; SILVA, Marcio A.	CAPES	Estudo Teórico	Campo Grande - MS	2018	O dispositivo pedagógico do currículo-brinquedo de matemática, marcado pela dimensão de gênero , na produção de subjetividades .
04. GONÇALVES, Josiane P.; OLIVEIRA, Edicleia L. de,	CAPES	Pesquisa de Campo.	Corumbá - MS	2017	Comunidade escolar de Mato Grosso do Sul: refletindo sobre o trabalho de docentes do gênero masculino .
05. SOUZA, Deise Maria X. de B.; SILVA, Márcio Antonio da.	CAPES	Pesquisa de Campo.	São Paulo - SP	2017	Questões de gênero no currículo de matemática: atividades do livro didático.
06. KNOBLAUCH, Adriane; PENNA, Marieta Gouvêa de O.	CAPES	Pesquisa de Campo.	Porto Alegre - RS	2016	Socialização familiar e formação de professoras: o gênero em questão .
07. BADALOTI, Rosana M.; TONDIN, Celso F.	CAPES	Pesquisa de Campo.	Chapecó - RS	2015	Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero
08. CRUZ, Tânia Mara.	CAPES	Pesquisa de Campo.	Florianópolis – RS	2014	Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças .
09. PETRENAS, Rita C.; GONINI, Fatima A. C.; MOKWA, Valéria M. N.; RIBEIRO, Paulo R. M.	CAPES	Pesquisa de Campo.	São Paulo - SP	2014	Era uma vez um menino e uma menina ...: representações de gênero através de livros paradidáticos nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental .
10. PIRES, Carlos Manoel.	SCIELO	Estudo Teórico.	São Paulo - SP	2014	As mortificações da carne e o desejo exposto: controle sobre meninas em instituições católicas .
11. SANTOS, Inaiá A.; RUBIO, Juliana de A. S.	CAPES	Pesquisa de Campo.	São Paulo - SP	2013	Orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas e conceitos .
12. RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ Anete.	SCIELO	Estudo Teórico.	Recife - PE	2013	O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação
13. VARGAS, Juliana R.; CARVALHO, Rodrigo S.	CAPES	Pesquisa de campo.	Porto Alegre - RS	2011	Problematizando discursos heteronormativos de professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental: algumas questões para pensar a formação .

Fonte: Portal da CAPES e SciELO (Adaptado pelo Autor, 2019, grifos meus).

Analisando, a partir do que apresenta o Quadro 1; em relação ao tipo da pesquisa observou-se que a maioria dos estudos foram empíricos, aplicando *pesquisa de campo* (69%), enquanto que 31% realizaram *ensaios teóricos*. Estes indicam o interesse maior dos pesquisadores desta área em buscar elementos empíricos, que emergem das vivências escolares, para compreender melhor este fenômeno. (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Descritor quanto ao tipo de pesquisa realizada (2008-2018).



Fonte: O Autor, 2019 (Adaptado – Coleta de Dados CAPES e SCIELO, 2019).

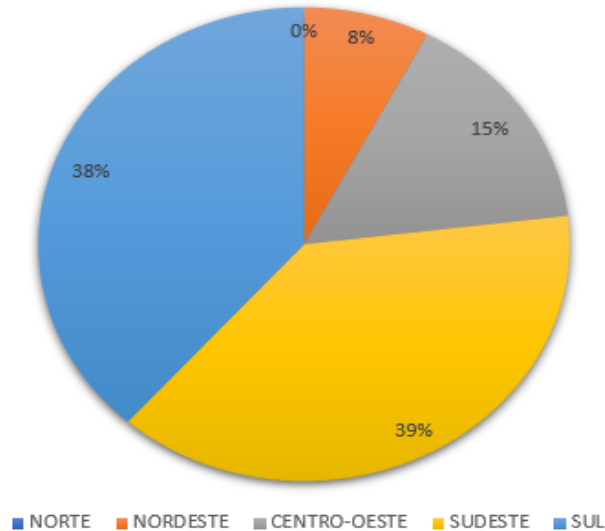
O ato de pesquisar é uma ação indispensável na formação acadêmica, e na continuidade da prática profissional; uma vez que o ingresso ao Ensino Superior, exige-se do graduando a produção do conhecimento, o que deverá fazer parte do seu contexto laboral. Entretanto, algumas regiões brasileiras apresentam um destaque maior para este campo acadêmico.

Torna-se essencial repensar a estrutura curricular das Universidades brasileiras, sendo indispensável que os conteúdos convencionais sejam revistos e, quando necessário, superados, se fazendo necessário perceber que, sob essa nova perspectiva, o currículo deve abrir espaço para novos tipos de conteúdo, novas formas de estudo e novos objetivos a serem alcançados, como é o caso do processo que se diz o tripé das universidades: ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa de campo leva o acadêmico a ter um contato maior com o seu objeto de estudo e isto requer tempo, financiamento e diálogo entre professores, estudantes, gestores e as próprias universidades, bem como, os currículos dos cursos de formação de professores no país.

Neste estudo, observa-se uma lacuna sobre o tema “Gênero e Educação” no que se refere à divulgação de pesquisas deste campo na Região Norte, pois não se localizou nos diretórios pesquisados publicações sobre a temática Gráfico 02).

Gráfico 2 - Gráfico 2 -Descritor local da pesquisa (2008-2018).



Fonte: O Autor, 2019 (Adaptado – Coleta de Dados CAPES e SCIELO, 2019).

Destaca-se que na Região Norte não se encontrou nestes diretórios de base de dados publicações sobre a temática. É uma questão que se precisa averiguar em uma próxima pesquisa; pois muitos estudos são realizados nas universidades da Região Norte, inclusive sobre esta temática, entretanto, a maioria nem sempre são publicados e acabam ficando no circuito regional dessas instituições.

É o que destaca os estudos publicados na Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins, da Universidade Federal do Pará – UFPA, no ano de 2017, intitulado “*Dossiê: Corpo, Gênero e Sexualidade: discursos, sujeitos e práticas educativas*”, com o objetivo de divulgar tais publicações, como bem afirma seus organizadores, a Professora Vilma Nonato de Brício e o Professor Anderson Ferrari. (2017):

O presente Dossiê foi pensado e construído visando o encadeamento de artigos que problematizam as interconexões entre gênero, diversidade sexual e Educação a partir dos discursos, sujeitos e práticas construídos em diferentes espaços-tempos e analisados a partir de perspectivas teórico-metodológicas intercambiáveis. Em tempos de recrudescimento do conservadorismo na sociedade brasileira a temática do Dossiê se mostra relevante no sentido fazer circular produções de pesquisadores/as de diferentes Universidades brasileiras que investem na construção de investigações atentas às necessidades de resistir diante desse conservadorismo de modo que questões singulares referentes a gênero, diversidade sexual e Educação sejam historicizadas para fazer frente às diferentes tentativas de cercear tal debate na sociedade, nas Universidades e escolas.(BRÍCIO e FERRARI, 2017, p. 9).

Este Dossiê alerta e soma-se a outros que abordam a temática de forma a constituir uma rede de pesquisas que possibilite o intercâmbio entre os pesquisadores/as, a circularidade dos conhecimentos produzidos de modo a contribuir com a ampliação de debates sobre a temática e com a formação docente.

Conforme este estudo, primeiramente sobre esta temática, as produções manifestam-se a acentuada heterogeneidade espacial da produção científica, com grande concentração nas regiões Sudeste (SE – 39%) e Sul (S – 38%). Ambas respondem por cerca de um índice quase igualitário nas produções encontradas nesta pesquisa; enquanto em segundo lugar, aparece a região Centro-oeste, com 15 % e em terceiro lugar, o Nordeste com menos de 10% de produção científica neste tema pesquisado, conforme apresentado no Gráfico 02.

Pedro Demo (2003, p 02) aponta ainda que:

Educar pela pesquisa tem como condição essencial primeira que o profissional da educação seja pesquisador, ou seja, maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana [...]. Não se busca um profissional de pesquisa, mas um profissional da educação pela pesquisa.

É importante salientar que é por meio da pesquisa e de sua divulgação que se produzem novos conhecimentos. É por meio da pesquisa que o estudante na universidade se constitui pesquisador, além de contribuir para o seu desenvolvimento profissional que o ato de pesquisa proporciona na formação dos sujeitos. Ainda, como destaca a LDBEN 9394/96, em seu Art. 43 sobre as finalidades da Educação em nível superior:

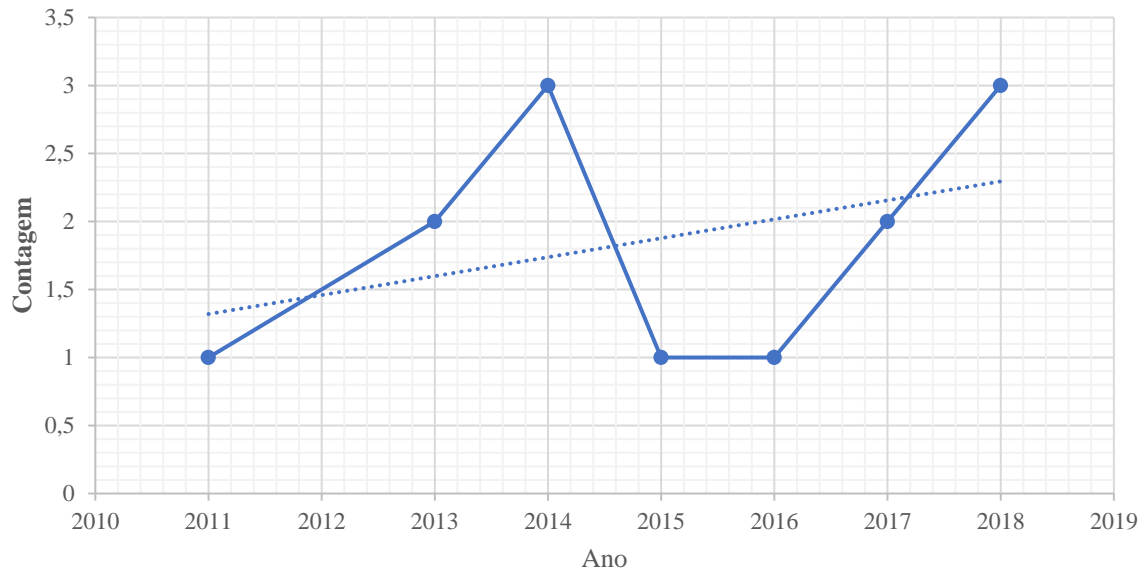
O ensino superior tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, bem como deve estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, o incentivo ao trabalho de pesquisa e a investigação científica, com vistas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, além da promoção e da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação. (BRASIL, 1996).

A utilização de novas ferramentas para a exploração científica deve sempre estar presentes nos planejamentos educacionais, bem como o investimento à publicação de trabalhos científicos e à participação dos acadêmicos em eventos universitários nacionais e internacionais, visto que as pessoas são diferentes e cada um tem suas especificidades e peculiaridades, e o docente em formação precisa atender a todos, ele precisa estar atento e recriar-se a cada dia, a cada estudo e a cada novo conhecimento (DEMO, 2003).

Assim, uma das alternativas em busca desta profissionalização do conhecimento é o ensino por meio da pesquisa, desenvolvido com a autonomia dos estudantes nas universidades brasileiras, instigando-os a questionamentos constantes e a busca de novos conhecimentos. No

Brasil, a produção científica tem se mostrado em um índice crescente nos últimos anos, conforme é apresentado no Gráfico 03.

Gráfico 3 – Quantidade de Artigos Publicados sobre o Tema “GÊNERO E EDUCAÇÃO” no Período de 2008-2018 nas Bases de Dados Dos Diretórios da CAPES e SciELO.



Fonte: O Autor, 2019 (Adaptado – Coleta de Dados CAPES e SCIELO, 2019).

Ao verificar a produção acadêmica nos últimos anos, observa-se uma linha crescente de trabalhos publicados, resultados de pesquisas apresentados em congressos, seminários e simpósios, principalmente no eixo sul-sudeste do país.

Em relação aos descritores pesquisados e a sua frequência nos títulos dos trabalhos, observa-se que ao se tratar do tema de “Gênero e Educação” na Educação Infantil, nos Anos Iniciais ainda é um assunto polêmico, pois a maioria dos trabalhos concentra o foco para a formação das/os professoras/es, o trabalho pedagógico e o currículo, conforme verificou-se no estudo dos referidos resumos dos artigos selecionados.

Segundo estudos realizados por Camargo e Ribeiro (2011), as questões de “Gênero e Educação” na etapa da Educação Infantil e Anos Iniciais ainda são polemizadas no espaço escolar porque conduzem, a uma problematização da própria escola e do fazer docente. Ao dialogar com os Estudos Culturais⁸ em sua pesquisa sobre “Cultura e Diferenças no Cotidiano

⁸ ESTUDOS CULTURAIS: Os Estudos Culturais (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso. Uma educação em que as pessoas comuns, o povo, pudessem ter seus saberes valorizados e seus interesses contemplados. (COSTA, Marisa Vorraber, 2000).

da Escola e do Currículo” (CAMARGO e RIBEIRO, 2011), em que procura retirar tanto o conhecimento científico quanto a prática do campo, exclusivamente Epistemológico⁹ e traz esta discussão para o cotidiano escolar, sugerindo descrever, discutir, problematizar a prática e o conhecimento científico como os estudos culturais de gênero, sexualidade e educação, de forma coletiva e colaborativa com todos os atores que fazem a instituição escolar.

Conforme Foucault (2014), o discurso não descreve simplesmente objetos exteriores a ele, ou práticas extracurriculares na escola, ao contrário, ele “fabrica” os objetos e os discursos enquanto fala sobre eles. É necessário, portanto, que os professores que atuam na escola estejam atentos para os processos de produção e circulação dos discursos, e compreendam como eles se instituem em debates com o objetivo de produzir “significados” para as “coisas” a que se referem, marginalizando, discriminando e excluindo os sujeitos; pois como afirma Foucault (1979):

As relações de poder são aquelas que dizem respeito a matrizes de significância que estabelecem normas, ou melhor, que são produtoras de normatividade, seu exercício se dá a partir das redes discursivas entre poder-saber-verdade em sua “[...]” forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. (FOUCAULT, 1979, p. 131).

Assim, tais discursos requerem atenção na escola porque “[...] o modo como a cultura atua nos processos de produção e intercâmbio de significados entre os membros de uma sociedade [...] e como tais significados organizam e regulam as práticas sociais, influenciando condutas e tendo efeitos “reais” e práticos sobre eles” (VEIGA-NETO, 2001, p. 101), acabam por denotar padrões para serem adequados aos próprios sujeitos.

Por isso, o estudo e a pesquisa sobre a questão de “Gênero e Educação” precisam deixar de ser controversa na prática das/os professoras/es em sala de aula, quer na Educação Infantil ou em qualquer etapa da Educação Básica, pode-se dizer que a diferença está nos discursos em sala de aula e também num campo de lutas (jogo de relações) de poder e de significações. Os estudos de Foucault (2004) podem ajudar professores e professoras a buscar outras perguntas que se pode questionar e fazer durante a prática educativa.

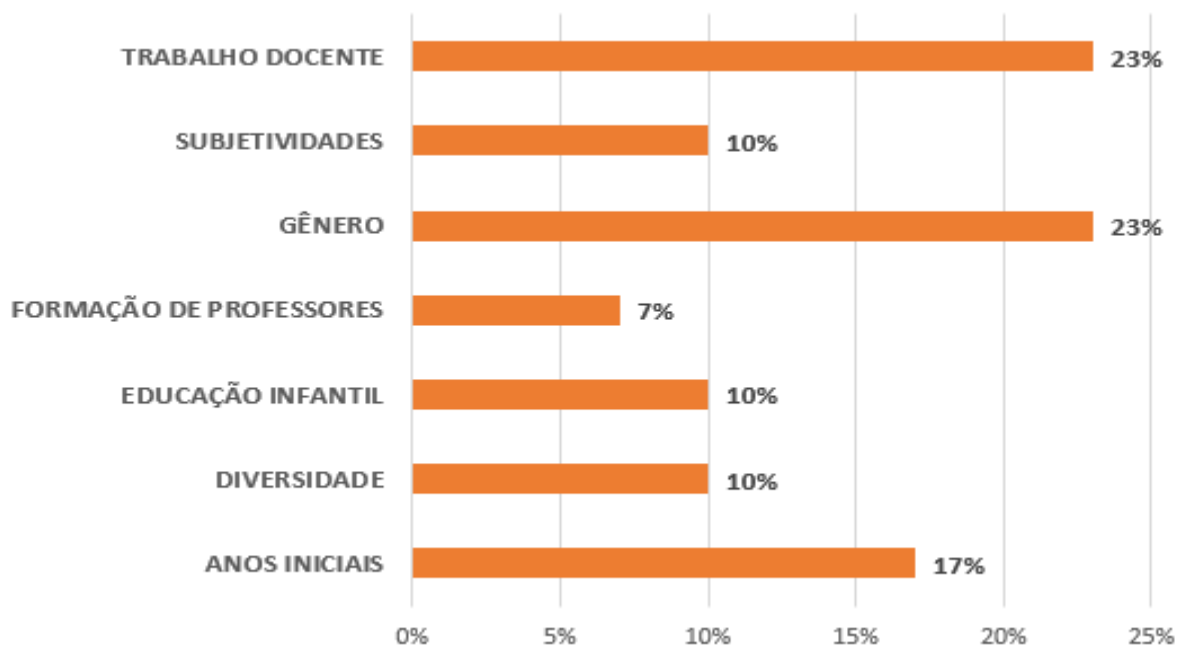
A organização curricular dialoga com estes discursos, as falas institucionalizadas pelos atores que fazem a escola brasileira – um discurso heteronormativo ainda se faz presente nas práticas educativas nas salas de aula; e apesar de existir uma certa intempérie de se falar na escola sobre a temática de “gênero” como relacionaram Camargo e Ribeiro (2011) em seus

⁹ EPISTEMOLÓGICO: Conforme Costa (2001), voltando-se para a análise das relações da linguagem consigo mesmo e das relações entre linguagens e o mundo, e assim, contribuindo decisivamente para o que se convencionou para entender a realidade da Ciência.

estudos, dialogando com Veiga Neto (2001) e Foucault (2004). Com efeito, frente à complexa rede discursiva que existe na escola, especialmente na sala de aula, , cabe à educadores e educadoras do cuidar e educar nesta etapa da Educação, levando em conta que, durante a prática pedagógica, penetra-se em uma ordem pré-estabelecida de verdades que se inicia no seio familiar, assim como, nas palavras que produzem o discurso.

Diante de tal problemática relacionam-se e destacam-se os descritores que dialogam com a nossa pesquisa: *Gênero. Diversidade. Trabalho Docente. Subjetividades. Formação De Professores. Educação Infantil e Anos Iniciais*. Assim, apresenta-se o Gráfico 04, que aponta a frequência dessas questões nos artigos selecionados neste estudo.

Gráfico 4 - Descritores relevantes encontrados nos artigos selecionados. (2008-2018)



Fonte: O Autor, 2019 (Adaptado – Coleta de Dados CAPES e SCIELO, 2019).

Nas escolas, o discurso sobre a sexualidade e a questão de gênero está institucionalizado pela própria história da educação brasileira. Para Foucault (2004), a “sexualidade é uma invenção social”, ou seja, que se constitui a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.

A sexualidade envolve um processo contínuo, e não linear, de aprendizado e reflexo por meio do qual, entre outras coisas, elaboramos a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotados e dotadas de determinadas capacidades biológicas. Todo o resto se constrói e vai se formando ao longo da vida.

Diante da realidade encontrada, a partir da caracterização dos dados coletados para este estudo, apresenta-se a partir deste construto uma discussão e análise a respeito das possibilidades de práticas no espaço da sala de aula nos dias atuais sobre a questão de “Gênero e Educação” com a crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.2. DIALOGANDO COM OS DESCRITORES LOCALIZADOS NOS ESTUDOS

Os descritores “Gênero”, “Trabalho docente” e “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” apresentaram as maiores frequências nos artigos selecionados, juntos totalizam 63% nos estudos. Esse fato se explica por serem os principais descritores de busca da pesquisa; logo, encontrou-se 09 (nove) artigos que envolveram estes descritores. Assim, apresenta-se os estudos que trazem à discussão a temática com os referidos temas desta pesquisa científica:

1. **“Cuidado e Gerencialismo: para onde vai o trabalho das professoras?”** (CARVALHO, Marília P. C.; TOLEDO, Cinthia T.; OLIVEIRA, Ivana G.; MODESTO, Ângela E. SILVA NETO, Cláudio. 2018);
2. **“Comunidade escolar de Mato Grosso do Sul: refletindo sobre o trabalho de docentes do gênero masculino.”** (GONÇALVES, Josiane P.; OLIVEIRA, Edicleia L. de. 2017);
3. **“Socialização familiar e formação de professoras: o gênero em questão.”** (KNOBLAUCH, Adriane; PENNA, Marieta Gouvêa de O. 2016);
4. **“Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero.”** (BADALOTI, Rosana M.; TONDIN, Celso F. 2015);
5. **“Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças.”** (CRUZ, Tânia Mara. 2014);
6. **“Era uma vez um menino e uma menina ...: representações de gênero através de livros paradidáticos nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental.”** (PETRENAS, Rita C.; GONINI, Fatima A. C.; MOKWA, Valéria M. N.; RIBEIRO, Paulo R. M. 2014);
7. **“As mortificações da carne e o desejo exposto: controle sobre meninas em instituições católicas.”** (PIRES, Carlos Manoel. 2014);
8. **“O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação.”** (RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ Anete. 2013);

9. **“Problematizando discursos heteronormativos de professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental: algumas questões para pensar a formação.”**

(VARGAS, Juliana R.; CARVALHO, Rodrigo S. 2011).

Para esta análise e discussão, faz-se necessário apresentar os elementos básicos de cada estudo: autor, ano da publicação, objetivo do estudo, tipo de pesquisa, local da pesquisa e os principais resultados apresentados pelos/as pesquisadores/as.

No estudo de Carvalho Et al (2018) o tema foi apresentado como parte dos resultados de uma pesquisa de campo sobre as atuais configurações de *gênero no trabalho docente* nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que foi historicamente associado a uma feminilidade e a práticas de cuidado. Contudo, as novas formas de gestão difundidas na administração pública brasileira desde o final da década de 1990, têm colocado em questão esse modelo, ao exigirem dos educadores e educadoras posturas baseadas não apenas na lógica de mercado, mas também em valores que se considera como relativos a um tipo de masculinidade, como individualismo, competitividade, foco na ascensão na carreira e em recompensas monetárias.

Os autores e autoras deste artigo ao verificarem neste estudo sobre o gênero no trabalho docente, se esses movimentos levaram ao apagamento dos traços históricos de feminilidade associados ao trabalho das professoras dos Anos Iniciais, realizam um estudo qualitativo na Rede Pública Estadual de São Paulo, o que indicou como resultado da pesquisa, a permanência de referências a uma feminilidade, porém ressignificadas e contraditoriamente integradas às novas políticas gerencialistas da educação.(CARVALHO Et al, 2018).

Entretanto, nos estudos de Gonçalves e Oliveira (2017), que teve por objetivo identificar as representações sociais de professores homens, gestores escolares e familiares de alunos de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Corumbá -MS, em relação ao trabalho desenvolvido pelos docentes do gênero masculino com crianças, apontou que nos dois níveis de ensino averiguados não há grandes problemas relacionados ao trabalho desenvolvido pelos professores homens em Corumbá - MS.

Ficou evidenciado que a presença do homem nas duas primeiras etapas da educação básica ainda é alvo de muitos tabus. Geralmente ocorre a “vigilância” em relação aos docentes do gênero masculino, havendo a necessidade de conhecer, analisar e investigar a vida desses profissionais, fato que não acontece com professoras mulheres. [...] Todas essas convicções estão relacionadas às representações da sociedade, que atualmente não concebe a ideia de o homem contribuir com a educação escolar de crianças, mas não há nada que não possa ser transformado. Vai depender da sociedade e de como ela se desenvolve com o passar do tempo. (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2017, p. 10-11).

Durante a pesquisa de campo, as autoras verificaram a existência ainda de um medo por parte das famílias ao saber que é “um professor” que atende a esta etapa do ensino, ou seja, um

profissional do gênero masculino, e as representações sociais de que a mulher é a pessoa mais adequada para cuidar e educar as crianças na escola exercem grandes influências para que exista um número cada vez menor de docentes masculinos nestas etapas da Educação Básica. Os resultados revelaram que:

Na pesquisa de Knoblauch e Penna (2016), realizada em Porto Alegre – RS por meio da pesquisa de campo também veio revelar dados sobre socialização familiar e profissional de professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, objetivando problematizar aspectos das relações de gênero presentes nas práticas docentes e sedimentadas como cultura escolar. A análise dos dados, coletados por meio de entrevistas, fundamentada em Pierre Bourdieu (2004), apontaram para a construção da feminilidade marcada pela submissão ao universo masculino, constituindo facetas do *habitus* em Bourdieu expresso na valorização da docência como atividade vocacionada e feminina, bem como em práticas disciplinadoras e moralizantes dos alunos. (KNOBLAUCH; PENNA, 2016).

Já, no artigo de Badalotti e Tondim (2015) sobre “Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero” que trata da mesma temática de Gonçalves e Oliveira (2017), o estudo traz uma perspectiva de superação da dicotomia entre objetivismo e subjetivismo destas representações na cidade de Chapecó - RS.

A pesquisa de campo deste artigo de Badalotti e Penna (2016) analisa as representações sobre a sexualidade na perspectiva das relações de gênero, destacando a formação acadêmica e práticas pedagógicas dos profissionais da educação em relação a essas temáticas, discorrendo sobre a ótica do planejamento dos conteúdos ensinados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de um município do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil.

As representações das entrevistadas sobre a sexualidade não se resumem ao ato sexual, no entanto, esta se apresenta muito mais como uma manifestação individual do que social ou coletiva, de modo que a sexualidade é considerada parte da personalidade dos indivíduos e elemento inerente ao desenvolvimento humano. Por isso, para os autores:

As representações reproduzem determinados domínios do saber e conhecimentos hegemônicos da psicologia do desenvolvimento que predominam no processo de formação docente inicial e continuada no Brasil. A formação acadêmica da maioria das profissionais não possibilitou um aprofundamento das questões de gênero com base no respeito à diversidade sexual e na desconstrução de comportamentos sexistas e homofóbicos. (BADALOTTI; TONDIM, 2015, p. 13).

Portanto, a sexualidade se caracteriza por relações de poder e práticas discursivas à medida que: “Nós somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder. Essa

visão do poder também é vital para uma história da sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 85). Nesta, a distinção entre gênero e sexo é importante para romper com um determinismo biológico implícito no termo sexo ou diferença sexual e acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas entre os gêneros.

Os autores ainda dialogam com as contribuições desenvolvidas pelo estudo da historiadora americana Joan Scott (1995), que apresenta o gênero como uma categoria de análise capaz de produzir conhecimento histórico, e “como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 14).

Cruz (2014) vem tratar em seu estudo sobre “Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças” realizada em uma escola de Florianópolis – SC, teve por foco as interseções entre as expressões da discriminação racial, as concepções de masculinidade e feminilidade e o pertencimento de sexo entre crianças.

A autora apresenta o resultado de uma das vertentes da pesquisa de campo desenvolvida em 2001-2004 em uma escola pública com diferentes segmentos sociais. A pesquisa buscou saber como meninos e meninas construíam suas relações no cotidiano escolar e como estabeleciam estratégias de sobrevivência em uma sociedade desigual.

Se pensarmos que as crianças, nesse processo relacional, estão construindo identidades de gênero e raça, e que o embate através da linguagem na escola se dava preferencialmente sob o controle dos meninos, podemos dizer que tais relações se configuravam para elas como violência de gênero, cotidiana e permanente. [...]. Entre discriminações de todas as ordens, observa-se forte racismo/sexismo em interações com pouca interferência dos adultos e que cabe às meninas negras tatear caminhos frente à estética dominante de cor da pele, textura dos cabelos, beleza e peso” (CRUZ, 2014, p. 27-28).

Caracterizou-se este estudo como pesquisa etnográfica e teve por referência os estudos de gênero e a sociologia da infância, no qual foram observadas as crianças dos Anos Iniciais, no horário do recreio, nas salas de aula, e foram entrevistados 26 meninas e 29 meninos. (CRUZ, 2014).

Com o título de “*Era uma vez um menino e uma menina ...: representações de gênero através de livros paradidáticos nos anos iniciais no ensino fundamental*”, Petrenas Et al (2014) apresentam a temática de gênero no contexto escolar como algo complexo, pois poucos são os cursos de formação docente e as capacitações que se voltam para essa temática para o/a professor/a que está atuando no espaço da sala de aula.

O objetivo desse estudo foi o de analisar as representações de crianças em torno das construções de gênero, propondo para os docentes a possibilidade de trabalhar esse tema no

contexto escolar. A pesquisa apresentou como material principal os livros paradidáticos por meio de uma Revisão Bibliográfica aliada à pesquisa de campo. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

Na pesquisa de Petrenas Et al (2014), os autores tiveram o objetivo de apresentar os caminhos que sejam aliados às propostas de estudo de gênero com crianças, a partir dos cursos de formação de professores, indo além dos padrões generificados e reprodutores de estereótipos nos livros paradidáticos, propondo a relação teoria e prática, minimizando dicotomias que são tão comumente queixas de docentes na educação Infantil e nos Anos Iniciais do Fundamental.

Já, na tentativa de compreender a gênese da educação dedicada especificamente às mulheres, Pires (2013) analisou um livro didático usado em internatos e conventos de meninas, da segunda metade do século XIX e início do XX, chamado Manual de piedade da donzela cristã.

Descrevendo, em parte, uma das formas de constituição do modo de ser feminino na contemporaneidade, refletindo historicamente a respeito da elaboração de um saber-poder sobre as mulheres, fundamentando-nos em uma análise foucaultiana. Assim, a autora juntando-se a demandas normativas do período pós-revolucionário dos 1800 na produção de um feminino produtivo - transplantado nas figuras da boa mãe, da carinhosa esposa e da trabalhadora obediente, ou o que pudesse determinar a mulher socialmente controlada e promotora da família nuclear moderna -, formaram-se episteme e moral específicas da mulher, com participação paritária da teologia católica com outros campos de saber.

Pires (2013) concluiu que a formação do sujeito feminino contemporâneo tem ampla participação das instruções eclesiais. Para defendê-la, a autora analisou o referido Manual de piedade da donzela cristã, que foi considerado uma janela que nos abre para uma mirada investigativa do cotidiano de meninas em escolas confessionais e monastérios.

Ainda, apresentando “o debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação”, Rodrigues e Abramowicz (2013), trazem uma análise da maneira pela qual os conceitos de diferença e diversidade têm sido utilizados no debate contemporâneo brasileiro em educação e nas políticas públicas da área.

As autoras procuram identificar as condições teóricas, as práticas e as políticas que possibilitaram a ascensão do conceito de diversidade. Acionado como slogan do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo no que diz respeito à educação, o tema da diversidade passou por diferentes processos de apropriação nas políticas públicas. Para avaliar tais políticas, utilizou-se como fontes primárias de pesquisa, os documentos oficiais

como: o Balanço de Governo 2003-2010; o Plano Plurianual 2004-2007; as leis orçamentárias do período 2003-2006; e os relatórios de gestão do governo federal.

O levantamento realizado por Rodrigues e Abramowicz (2013) indicou que essas ações estavam concentradas nos Ministérios da Cultura, da Saúde e, principalmente, da Educação, o que reafirma a centralidade da educação como processo e da escola como instituição social no enquadramento e/ou na mediação dos dilemas expostos à sociedade brasileira neste início de século.

Finalizando sobre os artigos que mais trataram dos descritores desta análise, Vargas e Carvalho (2011) trouxeram na sua pesquisa “Problematizando os discursos heteronormativos de professores/as dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

[...]. Algumas questões para pensar a formação”, a partir de contribuições de Costa (2000) sobre os Estudos Culturais em Educação e dos Estudos de Gênero, que teve como objetivo problematizar questões de gênero e sexualidade presentes em discursos de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre comportamentos de alunos e alunas entendidos como desviantes de padrões heteronormativos. (VARGAS e CARVALHO, 2011, apud REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO Nº 123, 2011 p. 99).

Vargas e Carvalho (2011) concluíram com este estudo que é possível dizer que, por meio da difusão de seus discursos, os docentes acabam por constituir o que Rorty (2007), denomina como vocabulários, os quais são utilizados como instrumentos de governo e de produção de verdades sobre os sujeitos escolares. A partir das análises desenvolvidas, as autoras entenderam que os discursos docentes apresentam um léxico comum, o qual diferencia os comportamentos esperados de alunos e alunas, na expectativa que os/as mesmos/as vivenciem masculinidades e feminilidades a partir de padrões heteronormativos.

A discussão acerca da sexualidade nas escolas brasileiras se intensificou a partir das décadas de 1970 e 1980, que trouxeram a temática para o debate na área da saúde da mulher e suas conexões com a educação sexual nas escolas. Assim como no Governo Lula que trouxe à tona a questão da diversidade para o campo das políticas públicas, como bem mencionou os estudos de Rodrigues e Abramowicz (2013).

Ao se tratar dos descritores separadamente: “Diversidade”; “Subjetividade”, “Educação Infantil” e “Formação de Professores” em relação ao trabalho e formação docente no espaço escolar, os mesmos freqüenciaram em 04 (quatro) artigos apenas, os três primeiros descritores totalizaram 10% cada um, enquanto o de “Formação de Professores” apresentou apenas 7% (Gráfico 4), conforme apresenta-se as pesquisas relacionadas a estes termos de busca, como apresenta-se na relação abaixo:

1. **“A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade.”** (SILVA, Márcia. 2018);

2. **“O dispositivo pedagógico do currículo-brinquedo de matemática, marcado pela dimensão de gênero, na produção de subjetividades.”** (SOUZA, Deise M. X. de B.; SILVA, Marcio A. 2018);
3. **“Questões de gênero no currículo de matemática: atividades do livro didático.”** (SOUZA, Deise M. X. de B.; SILVA, Marcio A. 2018);
4. **“Orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas e conceitos.”** (SANTOS, Inaiá A.; RUBIO, Juliana de A. S. 2013).

As possibilidades de formação de professores na ruptura das práticas excludentes no que concerne a questão de “gênero” ainda se mostra pouco discutida no âmbito dos cursos de formação a nível nacional. Neste sentido, os estudos apontam para esta lacuna, ao apresentar a falta da problematização sobre as próprias experiências pessoais e profissionais, seus valores, crenças e tabus no que diz respeito às relações de gênero e diversidade nas universidades brasileiras.

Em primeiro lugar, uma formação voltada para a construção relacional das identidades e das diferenças, tomando a diferença como indispensável para uma escola inclusiva assim como para a existência do próprio aluno. Uma formação que procure avançar nas perspectivas que contemple e reconheça essas diferenças, instigando a pesquisa de como essas características são tomadas como definidoras dessa diferença e excludentes.

Para Louro (1997, p. 48) “é preciso abandonar a posição ingênua, que ignora ou subestima as histórias de subordinação experimentadas por alguns grupos sociais e, ao mesmo tempo, dar-se conta da assimetria que está implícita na ideia de tolerância.”

Esta análise se situou, dentre outros descritores, o da “Formação de Professores” para o contexto do diálogo e das diferenciações da questão de gênero pelos professores que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; convém lembrar que essas questões apenas recentemente vêm conquistando espaços expressivos no âmbito da Educação. Compreende-se que este tema alcança indiscutível relevância para pensar como a formação do professor contribui para as subjetividades de professores/as e alunos/as no espaço escolar na área dos estudos, quer culturais, de gênero e sociais sobre as diferenças na sala de aula.

Para Santos e Rubio (2013), a formação inicial e continuada dos professores é essencial para o trabalho em sala de aula da questão de gênero, diversidade e orientação sexual, pois afirmam que a prática docente em relação à Orientação Sexual deve ser trabalhada de acordo com a faixa etária do aluno, para que o professor, enquanto mediador entre o aluno e as questões da sexualidade, tenha um trabalho mais eficaz e com sucesso.

Na pesquisa de campo realizada na cidade de São Paulo – SP, Santos e Rubio (2013) discorrem sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1977) e a questão de gênero em sala de aula, as autoras afirmam que o trabalho de orientação sexual é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos do aluno, para que assim ele próprio escolha seu caminho.

O/A educador/a, por sua vez, ao tratar da sexualidade, tem que obter uma postura profissional e consciente, levando em conta que ao responder questões trazidas pelos/as alunos/as, já está transmitindo valores em relação à sexualidade. É importante o/a professor/a não manifestar tendências que influenciam o/a aluno/a, focando-se apenas no processo educativo como um todo e isto é resultado de sua própria formação.

Entretanto, é importante ressaltar a importância do trabalho docente relacionado às *práticas pedagógicas* com a *questão de gênero*, pois foram os dois descritores que se entrelaçam em maior índice frequencial nas pesquisas, cabe citar aqui um dos princípios de Yogyakarta¹⁰ que dialoga com o objetivo de desmistificar esta problemática, pois: “Toda pessoa tem o direito à educação, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero.” (FREITAS, 2007, p. 23).

As ideias apresentadas na análise dos artigos aqui imbricados dialogam com uma proposta didático-pedagógica para elaboração de propostas de posicionamento diante das questões de “Gênero” e “Educação” no espaço escolar, envolvendo políticas públicas, profissionais da educação: professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e gestores/as; práticas pedagógicas e toda a comunidade escolar.

Desta forma, utilizando a técnica análise de conteúdo (BARDIN, 1977), a partir da categorização e da frequenciação dos descritores elencados possam contribuir para este estudo, procurou-se direcionar para o sentido de apresentar criticamente as controvérsias e as lacunas ainda existente neste campo importante da Educação Brasileira, perpassando por questões centrais, conforme apresentadas nas palavras-chaves e objetivos dos artigos selecionados.

A Carta Magna do país determina igualdade entre os gêneros, mas esse ponto ainda precisa ser aplicado na prática. Considerando ainda que no preâmbulo da Constituição Federal do Brasil, de 1988, precisamente em seu Artigo 3º, dos Princípios Fundamentais, a CF destaca que:

¹⁰ Princípios de Yogyakarta – que é uma legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero que foi discutida em uma conferência composta por 25 países, inclusive com a participação do Brasil, ocorrida em 2006, tendo como objetivo principal mudanças significativas para o ativismo dos Direitos Humanos e a comunidade LGBT. (Jones de Freitas. Princípios de Yogyakarta, 2007).

[...]. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. Garantir o desenvolvimento nacional;
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CF. BRASIL, 1988).

E ainda, o Artigo 5º, inciso I, estabelece expressamente a igualdade entre homens e mulheres em geral:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição. (CF. BRASIL, 1988).

Nenhuma transformação é real se não significar igualdade entre mulheres e homens, pois os desafios são grandes e constantes, principalmente no atual cenário político que o Brasil está vivendo.

[...]. Portanto, se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimento, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade, se admitimos que a escola esteja intrinsecamente comprometida à manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1998, p. 85 e 86).

Assim, ao fazer uso do termo *gênero*, refere-se ao modo como as características sexuais são compreendidas, representadas e produzidas, dentro de um determinado contexto histórico e cultural (LOURO, 1997). Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas por meio da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”, como foram apresentados nos artigos pelas/os pesquisadoras aqui neste estudo.

Muitos direitos adquiridos com a CF (BRASIL, 1988) somente foram regulamentados depois; entretanto, diariamente ainda vemos estes direitos sendo usurpados dos cidadãos brasileiros no espaço escolar, pois quem garante a lei? Santos (2009) ratifica as práticas normalizadoras das escolas que têm como padrão a educação heterossexual e reproduzido, muitas vezes, atitudes com preconceito e/ou discriminação no espaço escolar.

Desde a década de 80, a tentativa de inserção de gênero e sexualidade teve grande salto na transformação escolar, devido à implementação de projetos e organização de políticas

próprias em prol destes problemas, assim como, a proposta de transformar a escola em um ambiente livre de qualquer coerção social e repressão. Porém, o cenário atual brasileiro nas escolas ainda é precário, pois não existe a prática correta destes projetos, desta forma, muitas escolas ainda seguem a educação padrão existente em que discrimina ações contrárias e impõe o conceito de “certo e errado”.

Ainda quando se trata da questão de gênero na sala de aula, Louro (1997) discorre em seus estudos que os/as professores/as falam de uma forma que a sua linguagem possa produzir as suas próprias concepções sobre masculino e feminino, o que remete ao conceito de gênero, admitindo que as palavras têm histórias e fazem história na vida dos sujeitos. A partir do momento em que se concebe a Educação como um ato político dialogando com Freire (1983), se faz necessário refletir a cerca de que o ser humano é inconcluso à medida que:

[...]. Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. [...] começemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se submete o processo de educação. Qual seria este núcleo palpável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem (FREIRE, 1983, p. 27).

Homens e mulheres são sujeitos inacabados e conscientes disso. E professores/as devem se colocar na posição de contestação, intervenção e problematização, estando atendo ao intolerável como dialoga Louro (1997), tendo em vista que o “intolerável” possivelmente pode ser concebido como “aceitável” ou “normal” pelo outro. É na escola que essa postura pode ser bastante fértil, já que é o *lócus* em que se trata da formação de sujeitos para a sociedade, pode-se interferir minimamente no campo de forças, nas relações de poder, que produzem concepções preconceituosas ou atitudes e comportamentos discriminatórios.

Pois, o ser humano reage, de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz em seu corpo e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou “juízo” do mundo adulto em que estão imersas, quer em casa ou na escola; um mundo permeado de valores e crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida, por isso a escola deve ser o “*lócus*” também desta formação e informação, bem como espaço de discussões dos diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento de seus discursos e valores pessoais neste processo de escolarização inicial.

Afinal, é na escola que os profissionais da educação convivem, trabalham e vivem o seu dia a dia; logo, é importante esta reflexão de que as formas de agir e de suas práticas pedagógicas passam-se a se consolidar como mecanismo que produzem novas formas de pensar

e agir, problematizando, questionando e trazendo a debate essas práticas, entendendo que não nascemos com pensamentos e ações sobre o outro, mas que os produzimos, a partir das possibilidades que a escola, a sociedade e a nossa cultura apresentam cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de “Gênero e Educação” é um tema amplamente debatido, entretanto na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental entende-se que os/as professores/as envolvidas ainda têm uma visão conservadora sobre a formação gênero de meninos e meninas no contexto dos artigos aqui analisados. É importante a formação inicial e continuada com este tipo de temática a ser abordada no espaço da sala de aula.

Historicamente, percebemos que o contexto de muitas instituições escolares vêm se fazendo desigual, desde o período de colonização brasileira, por meio de práticas discriminatórias e excludentes para muitas meninas e meninos, aqui focalizados desde à Educação Infantil, observa-se nos estudos apresentados que a problemática surge desde a organização dos seus currículos, bem como pelo olhar e pelas práticas das professoras e dos professores que atuam nesta etapa importante da Educação Brasileira.

O debate sobre a questão de gênero tem ocorrido frequentemente nos mais diversos meios, não é somente na escola que este discurso vem se perpetuando. Apresenta-se como temática fundamental para problematizar comportamentos de mulheres e homens em sociedade, permitindo que possam ser compreendidos diversos problemas com os quais as mulheres se deparam em várias esferas: no seu local no trabalho, na vida social, na vida privada.

Diante dessa realidade, é na escola que se pode contribuir para a transformação da sociedade, e priorizar as discussões acerca de gênero, da adequação dos direitos humanos considerando a questão de gênero como um modo de combate às desigualdades, opressões e exclusões contra as mulheres, sejam elas heterossexuais ou homoafetivas.

Cada vez mais, as políticas públicas têm se voltado para a formação docente sobre as questões de gênero e diversidade sexual, como por exemplo, o Programa Brasil Sem Homofobia (2004) e outras ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Ainda, durante a última Conferência Nacional de Educação – CONAE, realizada em 2018, em suas premissas havia uma indicação sobre as condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade.

O que corrobora para uma maior dificuldade de professores/as para acompanhar as transformações sociais, e a luta pela igualdade entre as pessoas, seja advinda da ausência de

formação, seja pela real procura dos conhecimentos complementares para a docência, o que pode-se analisar neste estudo é a inexistência dessa formação sobre o tema estudado, o que incorre que a escola não identifica a importância de estudar sobre a temática de gênero nas formações para a prática em sala de aula.

É preciso entender realmente do que se trata a questão. O termo gênero vai muito além da diferenciação entre menino e menina, o mesmo está voltado para o comportamento que se traduz muitas vezes em desigualdade, o que preocupa na escola é saber que ainda existe tal desigualdade, sendo assim, qual papel da escola dentro dessa divisão de valor. Tal desconhecimento com relação às atitudes sexistas, à diferença de gênero determina linhas de separação, definindo o caráter social e cultural do masculino e do feminino através da hierarquização dos homens perante as mulheres, que assumem uma importância secundária.

Ao se tratar desta análise das produções acadêmicas publicadas nos diretórios da CAPES e SciELO, verificou-se ainda uma ausência de trabalhos que venham dialogar sobre: Gênero. Prática Docente e Formação de Professores na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Fundamental, o que pode ser verificado como uma forma de limitação desta pesquisa, pois nestas bases de dados pesquisados revelaram um número abaixo do esperado sobre os descritores trabalhados como objetivo da pesquisa; entretanto, pode servir como mola propulsora e como sugestão para futuros estudos nesta área.

Esta pesquisa tornou-se relevante como Trabalho de Conclusão de Curso, pois a partir de uma visão geral e dos meios necessários para que se realize uma pesquisa em Educação, este estudo veio possibilitar também aquisição de conhecimentos acerca das relações sociais e de gênero no âmbito escolar, principalmente com as práticas na/para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Fundamental, são profícuas para o aprofundamento e o conhecimento sobre a prática docente referente à temática da sexualidade e relações de gêneros e suas principais dificuldades enfrentadas em sala de aula.

Portanto, faz-se necessário perceber que as crianças pensam o mundo de um jeito especial, muito próprio e diferente do mundo do adulto. É a partir das relações que se estabelecem com a realidade em que vivem, com a escola, com o meio familiar e com as pessoas que necessitam se relacionar no cotidiano que elas passam a “ler” e “compreender” o mundo.

Assim, cabe à Educação, ou seja, a todos os atores que fazem a educação como processo de escolarização, de ensino-aprendizagem, facilitar e mediar essa “leitura de mundo” e sua compreensão como afirmava Freire (1996); possibilitando no processo de escolarização o respeito às diferenças e à diversidade presente na vida e no mundo.

Sendo que a temática “As Práticas Educativas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais: Um Diálogo Sobre a Questão de Gênero e Suas Diferenciações” proposta neste artigo como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará tornou-se uma atividade significativa, no sentido de ser uma atividade que possa trazer uma contribuição a fim de ajudar a entender melhor o assunto que está presente no nosso cotidiano, como futuros/as pedagogos/as que estarão atuando na sala de aula, e que muitas vezes passa despercebida pela falta de um olhar mais sensível voltado a esse tipo de assunto, como também será de grande valia enquanto professor-pesquisador, pois servirá de suporte a outros tipos de estudos voltados a essa mesma temática constituindo uma pluralidade na aprendizagem profissional e pedagógica para atuar em sala de aula.

ABSTRACT

This article deals with the issue of gender and its differentiation in educational practices in the field of Childhood Education and Early Years of Primary Education, and seeks to reflect on pedagogical action in the classroom space. Qualitative research was chosen from the Literature Review through the analysis of content with the categorization and frequency criteria of the research corpus (BARDIN, 1977); 1621 articles on the subject were found in the CAPES and SciELO sites, however 13 articles were selected and analyzed in the 2008-2013 time cut, in a dialogue with the authors: Bento (2008, 2011), Costa (2001), Jesus (2012), Louro (2012), Santos (2009), Scott (1995), among others, besides the documents of the current legislation on the theme at this stage of education. of "gender and education" in Early Childhood Education and Early Childhood on the theme of child development, as well as school practice and its implications; however, there is a gap in the context of praxis in the classroom and in the public policies of valorization, initial and continuing training of the professionals of Basic Education in the questions of gender and sexual orientation in this initial stage of the teaching-learning process of the children.

Keywords: Gender and Education. Childhood Education. Initial Years of Fundamental. Summary of Articles. Analyzes.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. Editora: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

BADALOTI, R. M.; TONDIN, C. F. Representações de profissionais da educação sobre sexualidade e gênero. 2015 IN: **Revista Íbero Americana de Educação**. Vol. 69 Núm. 2 Ano: 2015/Número especial. Disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/144>>. Acesso em: 05.04.2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Rego e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006 (Obra original publicada em 1977).

BENTO, B. A. de M. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008, Primeiros Passos nº. 328.

_____. **Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Florianópolis, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries.** 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14.12.2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. LDBEN - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2018, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02.01.2019.

BRÍCIO, V. N.; FERRARI, A. Dossiê Corpo, Gênero e Sexualidade: Discursos, Sujeitos e Práticas Educativas. IN: **Margens – Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)** - Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFGA – V. 11. N. 17 – Dez/2017 – Abaetetuba /PA: UFGA, 2017.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Cultura e Diferenças no Cotidiano da Escola e do Currículo. N: **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal.** São Paulo: Moderna, 2011.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos. 2008-2018.** CAPES/MEC. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 11.05.2019.

CARVALHO, M. P. C. Et al. Cuidado e Gerencialismo: para onde vai o trabalho das professoras? **Educação Rev.** [online]. 2018, vol.34, e203244. Epub 13-Dez-2018. ISSN 0102-4698. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698203244.2018>>. Acesso em: 05.04.2019.

CRUZ, T. M. **Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças.** **Educação Rev.** [online]. 2014, vol.30, n.1, pp.157-188. ISSN 0102-4698. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982014000100007.2014>>. Acesso em 05.04.2019.

COSTA, M. V. (Org.). Estudos culturais em educação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

FARIA, A. L. G. de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.º. 26, p.279-288, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24 ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Ed. Gallimard. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, J. de. **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Observatório de Sexualidade e Política. Jul/ 2007.

GONÇALVES, J. P.; OLIVEIRA, E. L. de. Comunidade escolar de Mato Grosso do Sul: refletindo sobre o trabalho de docentes do gênero masculino. **Educação revista quadrimestral**. Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 275-285, maio-ago. 2017. **Disponível em:** <<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.24393>>. Acesso em: 05.04.2019.

GOULART, C. M. A. A universalização do ensino fundamental, o papel político-social da escola e o desafio das novas políticas de alfabetização e letramento. In: SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de (Org.) **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 259-277.

HEIBORN, M.; ARAUJO, L. e BARRETO, A. (Orgs.) **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça: políticas públicas e promoção da Igualdade**. In: **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo I – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.**

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012. Publicação online, sem tiragem impressa. Disponível em:<<http://www.diversidadessexual.com.br/wpcontent/uploads/2013/04/GÊN&TERMOSpdf>>. Acesso em: 31.03.2019.

KNOBLAUCH, A.; PENNA, M. G. de O. Socialização familiar e formação de professoras: o gênero em questão. **Educação revista quadrimestral**. Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s86-s95, dez. 2016 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.21420>>. Acesso em: 06.04.2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4a ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.

LOURO, G. L. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-133, jul./dez. 1997. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/315431124/Genero-Sexualidade-e-Educacao-Guacira-Louro-pdf>>. Acesso em: 10.04.2019.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07-34.

_____. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. In: FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). Ed. 6. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUNA FILHO, B. Sequência Básica na Elaboração de Protocolos de Pesquisa. **Arq. Bras. Psicol.** v.71 n.6 São Paulo dez. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 21.05.2019.

MACEDO, R. S. **A Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAIA, A. C. B. et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100017>>. Acesso em: 12.04.2019.

MARTINS, A. P. V. Possibilidades de Diálogo: classe e gênero. In: **Revista História Social**. Campinas - SP NO 4/5 135-156 1997/1998. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Genero-e-Classe-Paula-Vosne.pdf>> Acesso 10/03/2017.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Internacional dos Direitos Humanos** – DIDHU, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 02.04.2019.

PARANÁ, Governo do Estado do Paraná. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. PDE 2014. **Cadernos PDE**, Curitiba – PR, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_cien_artigo_adilson_francisco_da_silva.pdf>. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3. Acesso em: 20.03.2019.

PETRENAS, R. C. Et al. Era uma vez um menino e uma menina ...: representações de gênero através de livros paradidáticos nos Anos Iniciais no Ensino Fundamental. **Revista Ártemis**, Vol. XVII nº 1; jan. – jun. 2014. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/download/19155/11136>. Acesso em: 06.04.2019.

PIRES, C. M. As mortificações da carne e o desejo exposto: controle sobre meninas em instituições católicas. **Rev. Educ. Pesqui.** [online]. 2014, vol.40, n.3, 2013. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013005000028>>. Acesso em: 06.04.2019.

RIBEIRO, C. M. (Org.). **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da Educação Infantil**. Lavras: UFLA, 2012.

RODRIGUES, T. C.; ABRAMOWICZ A. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Rev. Educ. Pesqui.** vol.39 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100002> 2013>. Acesso em: 09.04.2019.

SANTOS, D. B. C. A Educação Sexual na Escola: algumas possibilidades Didático – Metodológicas. In: **Cadernos Temáticos da Diversidade – Sexualidade**. Curitiba: SEED, PR., 2009.

SANTOS, I. A.; RUBIO, J. de A. S. Orientação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental: práticas e conceitos. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. Volume 4 – nº 1 – 2013. Disponível em: <docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Inaia.pdf>. Acesso em; 09.04.2019.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE – SciELO. Disponível em: <<https://wp.scielo.org>>. Acesso em: 11.05.2019.

SOARES. M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educa.pdf>>. Acesso em: 10.04.2019.

SILVA, M. A incorporação da temática de gênero e diversidade na academia: por uma ecologia de saberes na universidade. **Educ. rev.** [online]. 2018, vol.34, n.70, pp.293-307. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.58317.2018>>. Acesso em: 07.04.2019.

SOUZA, D. M. X. de B.; SILVA, Marcio A. **O dispositivo pedagógico do currículo-brinquedo de matemática, marcado pela dimensão de gênero, na produção de subjetividades**. Revista Reflexão & Ação. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/11747>>. Acesso em: 07.04.2019.

_____. Questões de gênero no currículo de matemática: atividades do livro didático. **Revista Educação Matemática e Pesquisa**. v. 19, n. 3, 2018. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, São Paulo. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/35738/24561>>. Acesso em: 07.04.2019.

VARGAS, J. R.; CARVALHO, Rodrigo S. Problematizando discursos heteronormativos de professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental: algumas questões para pensar a formação. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 11 nº 123, mai./jun, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11609>>. Acesso em: 07.04.2019.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, Marisa V. (org.). Estudos culturais em educação. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2001

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1987.